



Número: **0002881-60.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **23/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
DANILO ALVES DA SILVA (AUTOR)	NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25359 263	16/10/2019 14:31	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
31692 454	18/06/2020 21:11	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
31692 462	18/06/2020 21:16	Expediente	Expediente
32261 270	12/07/2020 21:42	Informação	Informação
35672 036	20/10/2020 10:47	Expediente	Expediente
36761 549	17/11/2020 18:29	Petição pagamento custas 50%	Petição
36761 550	17/11/2020 18:29	Peticao Pagamento Custas 50 por cento	Outros Documentos
36761 551	17/11/2020 18:29	DEMONSTRATIVO CUSTAS TOTAIS	Documento de Comprovação
36761 552	17/11/2020 18:29	CUSTAS QUITADAS	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
36927 574	20/11/2020 21:01	Mandado	Mandado



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GERÊNCIA DO FÓRUM
Recebido em, 15/12/16 02/8
às 12, 27 horas
FL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA

0002881-60.2016.815.0271



DANILO ALVES DA SILVA brasileiro, solteiro, oleiro, portador da Cédula de Identidade nº. 3.907.993 SSP/PB e do CPF nº. 108.217.094-10, residente e domiciliado na Rua Marcelino Balbino dos Santos, 33, São José, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

3/2

honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4º. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)." Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "direito e garantia fundamental" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.*

DOS FATOS

Cumpramos ressaltar inicialmente que no dia 24/06/2014, por volta das 05h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava uma motocicleta HONDA CG 150 TITAN MIX KS ES, nas proximidades do IFPB, e perdeu o controle do veículo, vindo a cair ao chão. Após o acidente, o suplicante foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí, todavia em virtude da gravidade dos ferimentos, o autor foi transferido para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande-PB. Que em virtude do acidente, o suplicante sofreu fratura na clavícula.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 069/2015 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí-PB, no momento do acidente conduzia uma motocicleta HONDA CG 150 TITAN MIX ES, placa MZK3513, Chassi 9C2KC16209R001770, cor preta, ano/modelo 2009.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o Hospital Regional de Picuí, mas em virtude da gravidade dos ferimentos, foi encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina-PB. E que necessitou ficar afastado de suas atividades laborais por sessenta dias.

É tanto que o autor em 25/03/2015 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), sob sinistro nº. 3160182724, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido pelo fato do autor não ter apresentado o a declaração do Proprietário do veículo, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

04/2

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de **25%** do valor integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06/12

nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexa entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

07/12

não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08/2

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros , cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas em um dos ombros (25% vinte e cinco por cento)** do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)** referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

09/

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

10/5

do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

11/2

decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12/2

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **em um dos ombros (25% vinte e cinco por cento)** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.





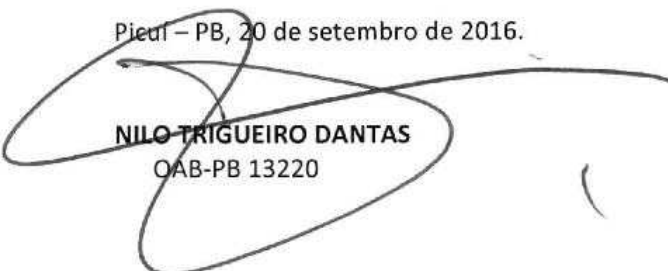
TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13/2

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 20 de setembro de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14/

Anexo 01

QUESITOS

1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizada com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Danielo Alves da Silva
brasileiro (a), solteiro, solteiro, portador(a) do RG nº.
3.907.993 expedido por SSP/PB em 24/09/2010 e do CPF nº.
108.217.094-10, residente na(o) _____
Rua Marcelino Bokino dos Santos, município de
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIJANIELLYSON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 10 de Novembro de 2016.

+ DANIEL ALVES DA SILVA
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75 - Cent.
Picuí - PB
CEP 55.167-0



3/1

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

REGISTRO SERIAL	3.907.993	DATA DE EXPEDIÇÃO	27/09/2010
NOME	DANILO ALVES DA SILVA		
FLUXO	LOURIVAL ALVES DA SILVA MARIA JOSINETE ALVES DA SILVA		
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO		
PICUI-PB	21/01/1994		
DOC ORIGEM	MASC.N.9613 FLS.104 LIV.A 09		
CPF	CARTORIO DE PICUI PB		

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 2008

CARTÃO DE IDENTIDADE

Daniilo Alves da Silva



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
108.217.094-10

Nome
DANILO ALVES DA SILVA

Nascimento
21/01/1994

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 16/10/2019 14:30:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910161431460000000024524990>

Número do documento: 1910161431460000000024524990

MARIA JOSINETE ALVES DOS SANTOS
RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS, 33 - SAO JOSE
PICI/ PB CEP: 59167-000 (AG: 80)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 1 - 80 - 505 - 3590 Referência: Jul/2015
1º medidor: 00000553158 Emissão: 03/07/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cidade Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58011-120
CNPJ 09.095.190/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-41
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000045.000
Código para Débito Automático: 00011387057

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

be47 7b3a b3a2 01d9 bea7 a1b2 47ae 7bfb

Conta referente a CDC (Código do Consumidor): 5/1138705-7

Jul/2015

Canal de contato

"TRABALHO INFANTIL, DEIXAR DE ESTUDAR E UM DOS RISCOS"

Apresentação

03/07/2015

Data prevista da próxima leitura

04/08/2015

CPF/CNPJ/RANI
54505778468

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 02/06/15 Leitura: 8625	Data: 03/07/15 Leitura: 8771	1	146	31

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 28/06/2015 PAGAS
OBRIGADOR

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	146	0,37856	55,41
Adc: B Vermeia			6,03

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	1,15
COFINS	5,33
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA	6,22
ICMS (Base de Cálculo R\$ 65,78) (Alíquota 27,00%)	17,96

Histórico de Consumo (kWh)

Jun/15	150
Mar/15	180
Abr/15	175
Mai/15	168
Fev/15	181
Jan/15	181
Dez/14	165
Nov/14	157
Out/14	134
Set/14	147
Ago/14	149
Jul/14	143

Média dos últimos meses
158 kWh

VENCIMENTO

10/07/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 101,00

Indicadores de Qualidade 4/2015 - Fical

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	9,50	1,27
DIC TRIMESTRAL	12,54	
DIC ANUAL	25,08	
FIC MENSAL	3,30	3,00
FIC TRIMESTRAL	6,60	
FIC ANUAL	13,20	
DMIC	3,71	0,85
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	25,05	24,80
Compra de Energia	30,87	30,37
Serviço de Transmissão	2,12	2,10
Encargos Setoriais	5,00	5,54
Impostos, Ombros e Encargos	37,56	37,15
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	101,00	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Rel. 4/2015) R\$ 37,74

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 16/10/2019 14:30:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910161431460000000024524990>

Número do documento: 1910161431460000000024524990

Num. 25359263 - Pág. 17

19/2

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Danielo Alves da Silva,
brasileiro(a), solteiro, plebeo, portador do
RG nº 3.907.993 expedido por SSP/PB e do CPF nº
108.217.094-10 residente
na(o) Rua Marcelino Balbino dos Santos
município de Picuí - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 10 de Novembro de 2014.

+ DANILLO ALVES DA SILVA

DECLARANTE

(A raso se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU: 30-8-1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, escolaridade, dependência econômica, hominímia ou bens antecedentes, quando firmada pelo ordinário interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162º da Independência e 93ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Israelim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 069/2015

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2014, nele encontrei as folhas de N.º 02, o Registro n.º 02/2015, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 11 dias do mês de agosto do ano de 2015, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel(ª). Luísa Nascimento Correia Lima**, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 14h00 horas, compareceu **DANILO ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, oleiro, natural de Picuí/PB, nascido aos 21/01/1994, filho(a) de **Lourival Alves da Silva e Maria Josinete Alves da Silva**, residente na Rua Marcelino Balbino dos Santos, nº 33, São José, Picuí /PB. **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 24 de junho de 2014 por volta das 05h 30 min., pilotava a motocicleta HONDA CG 150 TITAN MIX ES, placa MZK3513, chassi 9C2KC16209R001770, cor PRETA, ano/modelo 2009, licenciada em nome de João Raimundo Quinto, quando estava próximo ao IFPB de Picuí/PB, cochilou e perdeu o controle da motocicleta, QUE foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí/PB, tendo em seguida sido transferido para o Hospital de trauma de campina grande/PB, QUE em virtude do acidente o comunicante fraturou a clavícula, teve dois cortes na cabeça e algumas escoriações, QUE . O referido é Verdade e Dou fé.**

Picuí/PB, 11 de agosto de 2015.

Daniilo Alves da Silva
COMUNICANTE:

Jamilson Santos Luz
JAMILSON SANTOS LUZ

TESTEMUNHA 1 RG 3.876.948 SSP/PB, Residente na Rua Faustino Vicente Costa, Monte santo, Picuí/PB.

Ednalva de Moraes Silva
EDNALVA DE MORAIS SILVA

TESTEMUNHA 2 RG 2.475.792 SSP/PB, Residente na Rua Lazaro José estrela, 250, Monte Santo, Picuí/PB.

Babau
AGENTE / ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
54000865/2009

Nº 7771152610
58413918869

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO

VIA 1 CDD. RENAVAM 143445480 RNTTC

NOME/ENDEREÇO
JOAO RAIMUNDO QUINTO
R LUIZ CORREIA DE ANDRADE, 34
CENTRO
59.275-000 SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN

CPF/CGO 316.377.794-53 PLACA MZK3513

NOME ANTERIOR
COMERCIAL MOTOCYCLISTA

PLACA ANT/UF MZK3513/RN CHASSI 9C2KC16209R001770

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVEL AL COOL-GASOL COMBUSTIVEL

MARCA/MODELO HONDA/CG150 TITAN MIX ES ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2009

CAP/POT/CIL QCV/149 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE PRETA

OBSERVAÇÕES

ALIENACAO FIDUCIARIA EM FAVOR DE: 45.441.789/0001-54
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
MOTOR: KC16E29001770

SIGLA DATA
SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN 23/05/2009

ALVARO NUNO DE MEDEIROS GALVAO
REGISTRADOR DE VEICULOS E RENAVAM

2/2



SUS		ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE:	2757710	CGC/CPF:	08.778.268.0001/60
NOME:	HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		
END.:	RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA		
MUNICÍPIO:	PICUI	ESTADO:	PARAÍBA
UF:	25		
Nome:	DANILO ALVES DA SILVA		
Raça/Cor:	PARDA		
Dt. Nasc:	21/01/1994	Idade:	20 ano(s)
Mês(es) de Idade:		dia(s) de Idade:	
Sexo:	M		
Mãe:	MARIA JOSINETE ALVES DA SILVA		
Profissão:	ESTUDANTE	Documento:	rg 3.907.993
Endereço:	RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS		
Bairro:	SÃO JOSÉ		
Município/CEP/IBGE:	PICUI / 58187000 / 251140		
Telefone para contato:	(83) 9915-2712	CNS:	160221634720006
Data e Hora:	24/06/2014 05:46:34	CADASTRO:	180700
PESO:	50,2 kg	PC=71,55v	HGT=1,58m
PA:	100 X 80	TEMP:	36,5
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)			
Vítima de acidente de moto, apresentando contusões e excoriações no tórax, membros superiores e inferiores, com ferimento no tórax, ferido e solto.			
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)			
Hospital Regional de Picui			
Atesto conforme original.			
RESULTADOS	Picui, 06/08/2015		
Arquivo Médico			
Josevania Lima de Melo			
Aux. Administrativo			
RECEPCIONISTA: HRP			
MATERIAL, MEDICAMENTOS E OUTROS			
1. SBT - 2000 ref. to			
2. Teste 40 - 100g to			
3. espalhar 15 - 100g to			
4.			
CARÁTER DO ATENDIMENTO			
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS			
PROCEDIMENTO - descrição:			
computo			
DIAGNÓSTICO:			
Politrauma múltiplo + fr.			
membros no tórax			
CID-10:			
ENCAMINHAMENTO:			
<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS			
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:			
1. 013101/1061001219			
2.			
3.			
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(S) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)			
CNS			
AUDITADO			
CBO			
225125			
CRM			
CRM 80 CRM			
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL			
OU POLEGAR DIREITO			
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO			
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO			
Gênesis Lúcia de Lucena			
CPF: 131.892.504-15			
CRM/PR 1501 - CBO 3009			



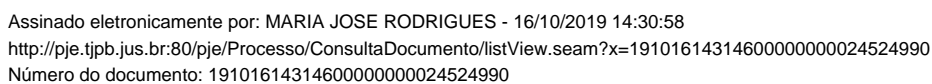


RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome: Camilo Gomes da Silva Sexo: M Idade: 20 anos

[illegible]

+

 $2\frac{3}{5}$ 

 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL		NATUREZA DA CONSULTA CONSULTA BÁSICA (PAB): CONSULTA ESPECIALIZADA: <i>ORTOPEDIA / ORL</i>	
ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO CORPO DA UNIDADE: 0023571 CNPJ/CPR: 08.776.268/0001-03 NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES END.: AV. FLOPIANO PRENTO, 4701 - MALVINAS MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAIBA UF: 25		PROCEDIMENTO 	
PACIENTE: PRONTUÁRIO Nº: 12.420 NOME: DANTE A. VESPA SEXO: MASCULINO PROFISSÃO: (RT) DOCUMENTO: 2507903 END.: PARCELAS BALDIO 33 BARRIO: CENTRO MUNICÍPIO: FLORES ESTADO: PB CEP: 57000-000 DATA ATENDIMENTO: 04/06/2014 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 251140 RAÇA / COR: 99-344		TIPO DE ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> 01 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS	
ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS: <i>Paciente vítima de acidente de trânsito há 16 horas. Não sabe detalhes sobre o ocorrido. Ao exame, ferimento contuso em região frontal da cabeça com presença de hematomas e edema. Não há comprometimento da mobilidade da cabeça. Não há comprometimento da mobilidade dos membros.</i> EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS <i>PV + VS 6</i>		MEDICAÇÃO <input type="checkbox"/> 1 - PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2 - APLICADA ENCAMINHAMENTO <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNATÓRIO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> OUTRO	
SERVIÇOS REALIZADOS: (CÓDIGO / PROCEDIMENTO) CID: TERCEIRO		ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S) ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL OU POLEGAR DIREITO ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO) ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS 1. <i>Sm - hemograma - 312</i> 2. <i>ceftriaxona 1g - 11.10.2014 - 31160</i> 3. 4. 5.		Diagnóstico / CID: <i>P01.9</i>	



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUÍ "Félice Tiago Gomes"

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

NOME: DAVIDO ALVES DA SILVA
DOCUMENTO Nº. 3.907.993 IDADE: 20 a
DATA DE NASCIMENTO: 21/07/1994 SEXO: Masc.
ENDEREÇO: R. Marcelino Baptista 33
CIDADE: PICUÍ CEP: 58187-000
PROFISSÃO: ESTUDANTE ESTADO CIVIL: solteiro

H.D.A. história de evolução de nota, apresenta
tem histórico, consistente com contagem
esmeralada e fragmentos contínuos no co-
lúmbio e membros superiores, estresse e
dores que agravam a dor. AA 110x70
mmHg

EXAMES REALIZADOS: Não

CONDUTA: Em acompanhamento para avaliação
cardíaca e ortopédica
Apl. card. 30 h - + T. card. + 2 parox. +
1/2 h de repouso

DATA: 24/06/14


MÉDICO ASSISTENTE / CRM

MÉDICO ASSISTENTE / CRM




Gratidão

Tranquila euforia no centro do
com do e euforia no centro do
R. 1st 1/3 medel de arado

CO: TFO Comandante

Alt da ortopedia



24/06/14 20:45

Pe. e euforia de arado de
not. h. 176 h. VSC 7457 m
offens. Dist. de arado de
grate e euforia de arado de
Gr. 0.4 de euforia

NOR 20:00

Clayton 15
de arado de arado de
coluna CTR

NOR NOR


MARCOS ANDRÉ DINIZ
MÉDICO ORTÓRICO
CRM 6472

24
x/2



Ficha de Acolhimento

Nome: Danilo Alves da Silva
End.: Marcelino Barbosa nº 33 Bairro: Piau
Data de Nascimento: 21/01/1994 Documento de Identificação:
Queixa: Ac de Documento: Data do Atend.: 24/06/14 Hora: 0928

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo Aspecto: () Calmo () Fácies de dor () Gemente
Frequência respiratória: Frequência cardíaca:
Pressão arterial: Temperatura axilar:
Dosagem de HGT: Mucosas: () Normocorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca

Estratificação

Emergência
() Vermelho - atendimento imediato () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Verde - atendimento até 4 horas () Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

PACIENTE: DANILO ALVES DA SILVA
DATA DO EXAME: 24.06.2014
RADIOGRAFIA DE TÓRAX

- Exame com qualidade técnica insatisfatória limitando a avaliação.
- Não foram evidenciadas fraturas desalinhadas.
- Coração de dimensões normais.

RADIOGRAFIA DE COTOVELO

- Exame com qualidade técnica insatisfatória limitando a avaliação.
- Não foram evidenciadas fraturas desalinhadas.

RADIOGRAFIA DE OMBRO

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

Dr. Raiff R. Cavalcanti
CRM/PB: 5320

Dra. Minam Albino
CRM/PB 6435

Dra. Marcella Farias
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda
CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Maia
CRM/PB: 6101





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Sr(a): DANILO ALVES DA SILVA
Dr(a): GUSTAVO ALMEIDA
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES
Protocolo: 0000151397
Data: 24-06-2014 12:41
Idade: 20 anos
RG:
Origem: VERDE
Destino: VERDE

HEMATOCRITO, DETERMINAÇÃO DE

43.5 %

[DATA DA COLETA: 23/06/2014 12:43]
Método: Automatizado
Método: Manual

Valores de Referência:
37 - 47 % (adultos)

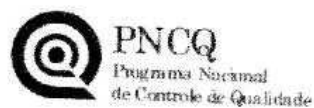
HEMOGLOBINA

14.5

[DATA DA COLETA: 23/06/2014 12:43]
Método: Automatizado
Método: Manual

Valores de Referência:
VR: Masculino: 11.5 - 16.0 g/dL
Feminino: 12.0 - 16.0 g/dL

Carlos A. R. Martins
CRM 1454





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE:	Danilo Alves da Silva
DATA DO EXAME:	/06/2014

ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"


METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico na frequência de 4,0 MHz.

ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, pâncreas e rins identificáveis ao método.


Dra. Miriam Maria Barbosa Albino
Médica Radiologista
CRM/PB 6435





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Sr(a): DANILLO ALVES DA SILVA

Dr(a): GUSTAVO ALMEIDA

Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES

Protocolo: 0000153397

Data: 24-06-2014 12:41

Idade: 20 anos

Sexo: masculino

Origem: VERDE

Destino: VERDE

HEMATOCRITO, DETERMINAÇÃO DE

43.5 %

DATA DA EXATICA: 24/06/2014 12:41

MATERIAL: Sangue

Método: Microscópico

Valores de Referência:
42 - 47 % (Masculino)

HEMOGLOBINA

14.5

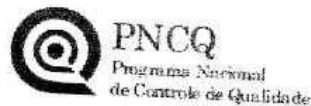
DATA DA EXATICA: 24/06/2014 12:42

MATERIAL: Sangue

Método: Método colorimétrico

Valores de Referência:
VR: Feminino: 11.5 - 16.0 g/dL
Masculino: 13.5 - 18.0 g/dL

Carlos A. R. Martins
CRF 001 1454





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO MÉDICO

ATESTO que

Donato Alves da Silva

foi atendido(às) hoje, às 10 (dez)
horas, necessitando de 60 (sessenta)
dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID

S42.0

Campina Grande, 24 / 06 / 11

Assinatura do Médico - CRM Nº

End.: Av. Floriano Peixoto, 4700 - CEP 58432-809 - Malvinas - Campina Grande - PB

MOD. 004



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Amor de Jesus portador(a) da identidade RG 542-0, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 14 horas, submetido(a) a consulta, portador da patologia CID-10 S42-0, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 dias, a partir desta data.

Pícar, 04/08/14

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Carlos Cândido Filho
CRM 123456789
Rég. 12345

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a) Dr. (a) _____ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA - PACIENTE

2ª VIA - ANEXA AO FICIONÁRIO DE ATENDIMENTO





34/2

SINISTRO 3160182724 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DANILO ALVES DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA

SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO DANILO ALVES DA SILVA

CPF/CNPJ: 10821709410

Posição em 19-09-2016 17:44:51

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vitima	Pendente	



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 23/05/2017 10 horas 43 minutos

Processo: 0002881-60.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 3375,00

Serie : 08

Autor : DANILO ALVES DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



Recebido nesta data em Cartório.
Por, 26 05 2017

PKU, 26 05 2017

Cyrtospora

Concluido nesta data de 29/05/2017.

PICHI, 29 DS 2017

Consistent





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

Processo nº 2881-60.2016.815.0271

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 30 de agosto de 2017.

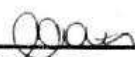
ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA: 19/10/17
Recebido em 19/10/17
Assinado eletronicamente
Análise Técnica Judicial



C E R T I D ã O

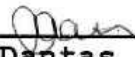
Certifico que nesta data **EXPEDI** a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 27 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária

C E R T I D ã O

Certifico que nesta data foi **PUBLICADA** no Diário da Justiça a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 31 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária



2018

2018

JUNTADA
Auto destes autos a lida
que nega
Pecul. 27/ 08 / 2018
Ostiasimant
Escrito / Escrevente





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

RECEBIDA COM OBRIG. DE REGISTRO
Pela 14 / 03 / 19
Cajubá - PA
Recebido / Encarregado

3/3

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA**

Processo: 0002881-60.2016.815.0271

DANILO ALVES DA SILVA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é um mero AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, e, REQUERER que lhe seja concedido uma redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.

Logo, como esse Juiz indeferiu a gratuidade judiciária, a parte autora agora junta documento (declaração agente comunitário de saúde) provando sua hipossuficiência financeira e a sua condição de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** e de Baixa Renda, e lhe roga que seja concedido a redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, nos termos do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

...

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma parcial, lhe deferindo uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais (Em anexo), bem como requer a Juntada da Procuração.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Picuí, 13 de maio de 2018.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB/13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



LILIAN C SIQUEIRA RESTAURANTE EIRELI ME
AFONSO OLINDENSE 1090
28.124.259/0001-93 RECIFE PE

Recibo de Pagamento de Salário
Mês: Novembro/2017

Sage

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp	Local	Depo	Salor	Sepção	Fl.
00010	DANILLO ALVES DA SILVA	513413	001		001	005	000	
	CUMMA	Admissão: 01/11/2017			GERAL			

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
00001	SALARIO NORMAL	30/30	1.005,33	
00004	FERIADO REMUNERADO	14 40	67,02	
00027	DESC. ADIANTAMENTO DE SALARIO			402,13
00080	DESCONTO INSS	8,00%		85,78
Total de Vencimentos			1.072,35	
Total de Descontos				487,91
Valor Líquido				584,44

Salário Base
1.005,33

Sal. Contr. INSS
1.072,35

Base Calc. FGTS
1.072,35

FGTS do mês
85,78

Base Calc. IRRF
1.072,35

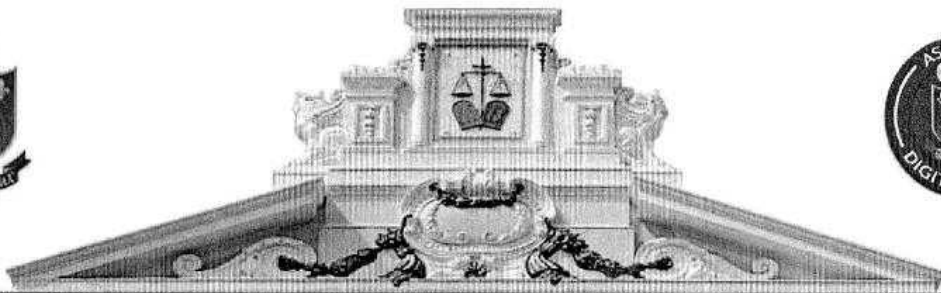
Faixa IRRF
0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DESCRITIVA NESTE RECIBO

Danillo Alves da Silva
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

30/11/17
DATA





República Federativa do Brasil • Estado da Paraíba • Poder Judiciário

Diário da Justiça Eletrônico

Nº 15.398

João Pessoa-PB • Disponibilização: quinta-feira, 30 de novembro de 2017
Publicação: sexta-feira, 01 de dezembro de 2017 - (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, art. 4)

ANO XLVII



ATOS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 101, de 30 de novembro de 2017 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o projeto de convergência digital para o Processo Judicial Eletrônico (PJE) e a gratuita desativação das funcionalidades dos demais sistemas processuais de 1º e 2º graus, CONSIDERANDO a cobertura do sistema de Custas Judiciais Online à emissão de todos os tipos de guias de custas processuais, para processos cadastrados em qualquer sistema; CONSIDERANDO a modificação à qual o sistema de Custas Judiciais Online será submetido, para suportar as regras do código de processo civil, relativamente à concessão de descontos e parcelamentos das custas processuais; RESOLVE: Art. 1º Desativar os módulos de Custas (menus 13 e 14) do Sistema STI (SISCOM) para todos os usuários das centrais de distribuição; a partir do dia 20 de dezembro de 2017. Art. 2º A Emissão das custas processuais se dará, exclusivamente, pelo sistema de Custas Judiciais Online (disponível em <https://app.tjpb.jus.br/custasonline/>). §1º As Diretorias ou Gerências de Fórum deverão indicar os servidores responsáveis pela emissão de custas processuais, em especial as finais, para fins de habilitação no Sistema de Custas Judiciais Online. §2º O pedido de habilitação de servidores que trata o parágrafo anterior, deverá ser feito via chamado técnico junto à Diretoria de Tecnologia da Informação (disponível em <http://www.tjpb.jus.br/diretoria-tecnologia-da-informacao/abrir-chamado/>), devendo ser informado o nome completo, matrícula e CPF. Art. 3º A Diretoria de Tecnologia da Informação deverá adotar as providências necessárias para cumprimento integral deste ato. Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Desembargador JOÃO DE BRITO PEREIRA FILHO Presidente

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 102, de 30 de novembro de 2017 Dispõe sobre a adoção de modelos de formulários padronizados no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça da Paraíba. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os modelos dos documentos que circulam no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, com o objetivo de possibilitar maior eficiência aos processos administrativos, bem como significativa redução nos custos operacionais; RESOLVE: Art. 1º Determinar a adoção de formulários padronizados no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, de acordo com os modelos estabelecidos nos Anexos I, II e III deste Ato. § 1º - Os formulários constantes do Anexo I deverão ser utilizados pelos servidores; do Anexo II, pelos estagiários; e, do Anexo III, pelos voluntários da justiça. § 2º - A modificação dos formulários deverá seguir o seguinte padrão: FOR-DIGEP-SERV-XXX, em se tratando de formulários a serem utilizados pelos servidores; FOR-DIGEP-EST-XXX, em se tratando de formulários a serem utilizados pelos voluntários da justiça. Art. 2º Delegar autorização à Diretoria de Gestão de Pessoas para proceder às alterações na versão dos formulários, em decorrência da necessidade de atualização das informações ou criação de novos modelos. Parágrafo Único. A Diretoria de Gestão de Pessoas poderá, a seu critério, solicitar apoio técnico da Diretoria de Gestão Estratégica, caso haja necessidade, nas hipóteses mencionadas no caput deste artigo. Art. 3º No prazo de 120 (cento e vinte) dias, os formulários de que trata o presente Ato deverão ser implementados no sistema de recursos humanos, providência esta a cargo da Diretoria de Tecnologia da Informação. Art. 4º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 30 de novembro de 2017. Desembargador JOÃO DE BRITO PEREIRA FILHO Presidente do TJPB

PORTARIA DIGEP Nº 152/2017 - O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato da Presidência nº 30/2017 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 2017.153.518, RESOLVE: Designar a servidora ROSIMEIRE PEREIRA LINS DE ALMEIDA, Técnico Judiciário, matrícula 471.350-5, lotado no Departamento de Recursos Humanos da Comarca de João Pessoa, para exercer suas atribuições junto à 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2017. Elinaldo Roosevelt Leite - Diretor de Gestão de Pessoas.

PORTARIA GAPRE Nº 2.878/2017 - A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o gozo de compensação de Faltas, Juiz titular, do Excelentíssimo Senhor Doutor VILAS MIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO, Juiz de Direito Auxiliar, na forma do artigo do art. 27, da Resolução nº 56/2015, e da Resolução nº 06/2015 e o constante do Processo Administrativo nº 2017.215.676, RESOLVE: Considerando o parágrafo único do art. 181 da Lei, o juiz titular do Juizado Auxiliar, excepcionalmente, poderá ser designado para substituir ou auxiliar quaisquer das unidades judiciais integrantes das respectivas circunscrições judiciais, independentemente da especialidade do Juizado Auxiliar do qual for titular. Art. 1º Designar a Excelentíssima Senhora Doutora ROSIMEIRE VENTURA LEITE, Juíza de Direito do 2º Juizado Auxiliar Criminal da 2ª Circunscrição, para, nos dias 04, 05, 06, 07, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 18 de 12/2017, responder, cumulativamente, pelas expedientes da Diretoria do Fórum e 1ª Vara Mista da Comarca de Monteiro. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2017. Desembargador LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR - Decano, no exercício eventual da Presidência.

PORTARIA GAPRE Nº 2.879/2017 - A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando que, nas faltas ocasionais do juiz titular, será designado para substituir o juiz de direito titular da circunscrição judicial a que estiver integrada a respectiva unidade (art. 47 do art. 131 e 133, I, da Lei), RESOLVE: Art. 1º Designar o Excelentíssimo Senhor Doutor VILAS MIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO, Juiz de Direito Titular do 5º Juizado Auxiliar Cível da Comarca da Campina Grande, da 2ª Entrância, para, a partir do dia 20.12.2017, responder, pelo expediente da 1ª Vara Mista da Comarca de Monteiro, até o provimento da vaga. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2017. Desembargador LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR - Decano, no exercício eventual da Presidência.

PORTARIA GAPRE Nº 2.880/2017 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: designar o Excelentíssimo Senhor Doutor VILAS MIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO, Juiz de Direito Titular do 5º Juizado Auxiliar Cível da Comarca da Campina Grande, da 2ª Entrância, para, a partir do dia 20.12.2017, exercer as atribuições de Diretor do Fórum da Comarca de Monteiro. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2017. Desembargador LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR - Decano, no exercício eventual da Presidência.

PORTARIA GAPRE Nº 2.881/2017 - A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o gozo da compensação do Plantão Judiciário, do Excelentíssimo Senhor Doutor VANESSA ANDRADE DANTAS L. BERALDO DA NOBREGA, Juíza de Direito Auxiliar, na forma do artigo do art. 27, da Resolução nº 56/2015, e da Resolução nº 06/2015 e o constante do Processo Administrativo nº 2017.205.735, RESOLVE: Considerando o parágrafo único do art. 181 da Lei, o juiz titular de Juizado Auxiliar, excepcionalmente, poderá ser designado para substituir ou auxiliar quaisquer das unidades judiciais

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

MESA DIRETORA

Des. João de Brito Pereira Filho
(Presidente)
Des. João Benedito de Silva
(Vice-Presidente)
Des. José Aurélio da Cruz
(Corregedor-Geral de Justiça)
Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
(Ouvidora)
Des. Maria das Graças Moraes Guedes
(Ouvidora Substituta)
Bail. Marcelo Roberto Soares Ferreira Júnior
(Diretor Especial)

CONSELHO DA MAGISTRATURA

SESSÕES: 1ª e 3ª Sextas-feiras, às 09:00h
Des. João de Brito Pereira Filho (Presidente)
Des. João Benedito de Silva
Des. José Aurélio da Cruz

MEMBROS EFETIVOS
Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Des. José Ricardo Porto
Des. Maria das Graças Moraes Guedes

SUPLENTE
Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
(1º suplente)
Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
(2º suplente)
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho (3º suplente)

Órgãos Julgadores

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES QUINZENAIS:

Quarta-feira, às 08:30h

Des. José Ricardo Porto
Des. Leandro dos Santos
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho (Presidente)
Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Des. Luiz Silvío Ramalho Júnior

PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Terça-feira e Quinta-feira, às 08:30h

Des. José Ricardo Porto
Des. Leandro dos Santos
Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
(Presidente)

SEGUNDA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Segunda-feira e Terça-feira, às 08:30h

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
(Presidente)
Des. Luiz Silvío Ramalho Júnior

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES QUINZENAIS:

Quarta-feira, às 09:00h

Des. Saulo Henrique de Sá e Benevides
Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Des. João Alves da Silva
Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Des. Maria das Graças Moraes Guedes (Presidente)
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

TERCEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Terça-feira e Quinta-feira, às 08:30h

Des. Saulo Henrique de Sá e Benevides
Des. Maria das Graças Moraes Guedes (Presidente)
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

QUARTA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Segunda-feira e Terça-feira, às 09:00h

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Des. João Alves da Silva
Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
(Presidente)

CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

SESSÕES: Terça-feira e

Quinta-feira, a partir das 09:00h

Des. João Benedito de Silva
Des. Carlos Martins Beirão Filho
Des. Marcelo Murilo da Cunha Ramos
Des. Arnábio Alves Toodólo (Presidente)

TRIBUNAL PLENO

SESSÕES QUINZENAIS:

Quartas-feiras das 08:30h às 12:00h
e das 14:00h às 18:00h

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA - Praça João Pessoa, s/n - CEP 55.013-902 - João Pessoa-PB - Fone: (83) 3216-1400 - Internet: www.tjpb.jus.br - e-mail: tjpb@tjpb.gov.br - twitter: @TJPBNoticias



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 16/10/2019 14:30:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910161431460000000024524990>

Número do documento: 1910161431460000000024524990

Num. 25359263 - Pág. 42



42/20



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

INTRANET (/INTRANET)

✉ (HTTP://MAIL.TJPB.JUS.BR/)

≡ MENU

Consulta
Processual

(https://app.tjpb.jus.br/consultas)

Solicitar
Certidão

(https://app.tjpb.jus.br/certidao)



PJe (/pje)

(https://app.tjpb.jus.br/certo/paginas/publico/areaPublica.jsp)

Diário da
Justiça

(https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/dia)



Início (/) / Notícias (/noticias)

📅 18/01/2018 - 15h37

🕒 18/01/2018 - 16h10

📁 DITEC (/diretorias/tecnologia-da-informacao/noticias)

TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas

(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg) A partir desta sexta-feira (19), as
(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg)
(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg)



(https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/noticias/Processo____.jpg)

custas processuais do Poder Judiciário estadual poderão ser emitidas com desconto. Considerando o disposto no § 6º do artigo 98 do Código de Processo Civil, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) criou uma funcionalidade no 'Sistema de Custas Judiciais Online', localizado no lado esquerdo do Portal do Tribunal de Justiça da Paraíba, que possibilita ao juiz conceder descontos nas custas processuais.

A nova opção integra uma das etapas do Projeto Estratégico do Novo Sistema de Recolhimento de Despesas Processuais, que tem como gestor, o membro do Comitê Orçamentário, juiz Alexandre Targino.

A Gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, destacou a importância da implantação desse novo dispositivo. "Atualmente, 90% dos processos têm a justiça gratuita deferida, sem que haja um controle, por parte do magistrado, de quem realmente pode ou não pagar as custas processuais. Com essa nova ferramenta, ao invés do juiz deferir a gratuidade, ele poderá conceder descontos nas custas processuais sem prejudicar a arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário e continuar atendendo a situação financeira do jurisdicionado", explicou.



13/08/2018

TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas | Tribunal de Justiça da Par...

Caroline Leal observou que, além de permitir descontos e parcelamentos, a ferramenta vai proporcionar um maior controle interno, por parte da Diretoria de Finanças do TJPB, quanto ao número de guias que forem emitidas com desconto. 43

Responsável pelo desenvolvimento tecnológico do projeto, o Gerente de Sistemas do Tribunal, José Teixeira de Carvalho Neto, falou do novo instrumento: "Não se trata especificamente de uma inovação tecnológica, e sim, de uma nova funcionalidade na emissão das custas judiciais. Demos vazão a uma demanda antiga. Conseguimos viabilizar através da tecnologia, indo ao encontro do Novo Código de Processo Civil", explicou.

A princípio, a ferramenta possibilitará, apenas, os descontos, mas, em um segundo momento (previsto para junho deste ano), dentro desse mesmo dispositivo, o juiz poderá conceder, também, o parcelamento das custas processuais.

Clique e veja como funcionará, através do tutorial. (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)

Por Ewerton Correia (estagiário)

18.0.2018 - Tutorial Custas Judiciais (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)

Compartilhar:  


DICOM

Diretoria de Comunicação Institucional

 imprensatjpb@gmail.com

 (83) 3216-1611

Tribunal de Justiça da Paraíba (<https://www.tjpb.jus.br/>)

 PABX: (83) 3216-1400

 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)

Desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação



44



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
GERÊNCIA DE PROJETOS

TUTORIAL

Despesas processuais com desconto

1. Escolhe "Custas Ocasionais", digite o número do processo, consulte e selecione a opção que retorne os dados referentes ao feito que se pretenda emitir a guia.

A captura de tela mostra a interface do sistema "Custas Judiciais online". No topo, há o logotipo e o nome do sistema, além de um campo de login com o texto "Área restrita" e um botão "Entrar". Abaixo, a seção "Área Pública" contém uma caixa de seleção com as opções "Custas Ocasionais" (destacada por um retângulo) e "Diligências e Prazos". Abaixo disso, há um campo "Número do Processo" com o valor "00000272020158150231". Segue-se a seção "Campos Obrigatórios" com um botão "Consultar". Na base da tela, há uma barra de informações com o título "Custas Ocasionais - Dados do Processo" e quatro campos: "Número do Processo" (00000272020158150231), "Comarca" (Mamanguape), "Competência" (1ª VARA DE MAMANGUAPE) e "Classe Processual" (BUSCA E APREENSÃO - CIVEL - 101). Uma seta cinza aponta para o campo "Número do Processo".



43
no

2. Das opções elencadas, marque a opção “Desconto” e clique em calcular:

Custas Ocasiais - Dados do Processo

Número do Processo	Comarca	Competência	Classe Processual
00000272000158150231	Mamanguape	1ª VARA DE MAMANGUAPE	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181

* Tipo de Custa Ocasional: Reconvenção

* Campos Obrigatórios:

- Destituição do Benefício da Justiça Gratuita
- Variação no Valor da Causa
- Diligência/Despesas Postais
- Assinatura do Presidente ou Vice-Presidente
- Multa
- ☒ Desconto
- Costas Formais

Calcular

3. Preencha no campo “Valor com desconto” o valor que se vai pagar, conforme autorizado pelo magistrado, e clique em calcular:

Área Pública

Custas Ocasiais

Diligências / Porte

Número do Processo: 00000272000158150231

Comarca: Mamanguape

Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181

Nome Promovente: ANYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A

Nome Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS

* Valor com desconto: 100,00

* Campos Obrigatórios

Calcular Voltar



4. A tela com o resumo apresentará os dados do processo, o valor da Taxa Judiciária informada na tela anterior, a tarifa bancária e o valor total. Será informado também o valor da UFR vingente. Confira todas informações e clique em "Emitir guia".

Custas Opcionais - Resumo

Número do Processo:	08000272020158150231
Classe Processual:	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181
Comarca:	Mamanguape
Promovente:	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.
Promovido:	CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS
Valor da Causa (R\$):	0,00
Valor das Custas (R\$):	0,00
Valor da Taxa Judiciária (R\$):	100,00
Valor das Despesas Postais (R\$):	0,00
Despesas com Mandados (R\$):	0,00
Tarifa Bancária (R\$):	1,35
Valor Total (R\$):	101,35 (2,05 UFR)
Valor da UFR (Valor Fiscal de Referência): R\$ 49,47	
Emitir Guia	Voltar

5. Serão emitidas três vias: "Via Parte", "Via Processo" e "Via Banco". Na "via processo", foi acrescentada a informação acerca do Valor da UFR vingente, bem como a quantas UFR'S equivalem o valor total da guia.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Processo Data de Emissão: 17/01/2018 Data de Vencimento: 05/02/2018	
Comarca Mamanguape	Nº do Processo 0800027-20.2015.815.0231	Nº da Guia 023.2018.600001	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6
Histórico: Tipo de Guia: Guia de Custas Opcionais - Desconto Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181 Promovente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A. Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS			Custas Judiciais (R\$) 0,00
Valor da Causa: R\$ 0,00			Taxa Judiciária (R\$) 100,00
			Despesas Postais (R\$) 0,00
			Despesas com Mandados (R\$) 0,00
			Tarifa Bancária (R\$) 1,35
Valor Total da Guia: R\$ 101,35 (2,05 UFR)			Valor da UFR: R\$ 49,47
Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			
Instruções: Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			Valor Total (R\$) 101,35

OBSERVAÇÃO: Para a opção de parcelamento, deve-se emitir a guia mês a mês, realizar o pagamento e juntar ao processo.



CONCLUSÃO

Concluído nesta data ao MM. Juiz

Declaro

Data 24 08 2018

CSH as li m m v

Escrito / Escrevente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI
Vara Única

Processo: 0002881-60.2016.815.0271

DECISÃO

Vistos, etc.

1. **Indefiro o pedido de reconsideração**, posto que o contracheque juntado às fls. 40 demonstra que o autor possui remuneração mensal superior a um salário-mínimo, apenas recebendo proventos líquidos no mês de referência em razão de desconto por adiantamento de salário em mês anterior.

2. **Defiro o pedido de redução de 50% por cento do valor das custas, bem como o parcelamento requerido**, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC, devendo o pagamento ser feito em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando-se a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da intimação.

3. **Intime-se a parte autora** a comparecer no setor de distribuição deste Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da intimação, a fim de receber a guia de custas com o valor de cada parcela, devendo fazê-lo todo mês, até o pagamento integral do valor calculado pela contadoria.

4. Caso a parte autora **não comprove o pagamento das parcelas** no prazo assinalado, **certifique-se e faça-se conclusão** dos autos.

5. Caso **comprovado nos autos o pagamento da primeira parcela** no prazo assinalado, **cite-se** o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

7. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, 31 de agosto de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002881-60.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DANILO ALVES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002881-60.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 18 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002881-60.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DANILO ALVES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **25359263**, **página 49**.

Picuí/PB, 18 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário



Ciente e o autor recolherá a primeira parcela das custas fracionadas até o dia 5º do próximo mês, conforme determinado no despacho retro.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002881-60.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DANILO ALVES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência para comprovar nos autos o pagamento do valor da primeira parcela das custas judiciais, tudo conforme ID 25359263, página 49, no prazo de 10 (dez) dias.

Picuí/PB, 20 de outubro de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário



Segue petição e documentos em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0002881-60.2016.815.0271

DANILO ALVES DA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais iniciais as páginas 49 do documento id 25359263, onde esse Juízo concedeu o beneplácito o autor informa que fora concedido por esse Juízo a GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, com uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias a ser parcelado em até seis parcelas.

Logo, como as custas prévias são no montante total de R\$ 208,80, onde aplicando-se os 50% de desconto, o valor a se recolher é no **valor total de R\$ 104,40, a qual está sendo recolhida de forma integral nesse ato.**

Por fim, como já recolhera parte das custas prévias, o autor requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 17 de novembro de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Etapa 5/5 - Resumo da Guia



Guia de Custas Iniciais (Processo: 0002881-60.2016.8.15.0271)


Atenção! Isso não criará uma nova Guia, trata-se apenas do resultado da simulação solicitada no dia 17/11/2020. Além disso, os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR.

Dados Gerais
Tipo da Guia:
Custas Iniciais
Processo:
0002881-60.2016.8.15.0271
Número de Parcelas:
1x
Valor Total (Sem desconto):
R\$ 208,80 (4 UFR)
Desconto:
R\$ 0,00 (0 UFR)
Valor Final (Com desconto):
R\$ 208,80 (4 UFR)

Componente	Valor
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 156,60 (3 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 52,20 (1 UFR)



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.6.20.00638/01
			Data de emissão: 17/11/2020
Nº do Processo: 0002881-60.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/11/2020
Número da 027.2020.600638 Tipo da Custas Ocasionais de Multa			UFR vigente: R\$ 52,20
Detalhamento - Taxa Judiciária: R\$ 104,40 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente DANILO ALVES DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A Valor da causa: R\$ 3.375,00			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 105,78
866600000016 057809283187 520201130025 762000638010 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 105,78

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.6.20.00638/01
			Data de emissão: 17/11/2020
Nº do Processo: 0002881-60.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/11/2020
Número da 027.2020.600638 Tipo de Custas Ocasionais de Multa			UFR vigente: R\$ 52,20
Promovente DANILO ALVES DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Valor da causa: R\$ 3.375,00			Parcela: 1/1
Detalhamento - Taxa Judiciária: R\$ 104,40 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Valor total: R\$ 105,78
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 105,78

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 027.6.20.00638/01
			Data de emissão: 17/11/2020
Nº do Processo: 0002881-60.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/11/2020
Número da 027.2020.600638 Tipo de Custas Ocasionais de Multa			UFR vigente: R\$ 52,20
Detalhamento - Taxa Judiciária: R\$ 104,40 - Taxa bancária: R\$ 1,38			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente DANILO ALVES DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A Valor da causa: R\$ 3.375,00			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Valor total: R\$ 105,78
866600000016 057809283187 520201130025 762000638010 			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 105,78



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/11/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 18.17.12
2441402441

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: NILO TRIGUEIRO DANTAS
AGENCIA: 2441-4 CONTA: 10.352-7
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86660000001-6	05780928318-7
	52020113002-5	76200063801-0
Data do pagamento	17/11/2020	
Valor Total	105,78	

=====

DOCUMENTO: 111701
AUTENTICACAO SISBB:
3.133.A4E.0C9.383.E85





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002881-60.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DANILO ALVES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 20 de novembro de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19101614314600000000024524990
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20061821110926700000030388819
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20061821110926700000030388819
Expediente	Expediente	20061821162009100000030389376
Informação	Informação	20071221420764700000030912978
Expediente	Expediente	20102010475176100000034072589
Petição pagamento custas 50%	Petição	20111718285130200000035088705
Peticao Pagamento Custas 50 por cento	Outros Documentos	20111718285479400000035088706



DEMONSTRATIVO CUSTAS TOTAIS	Documento de Comprovação	20111718285731400000035088707
CUSTAS QUITADAS	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas	20111718290006100000035088708

